

A QUALIDADE DE ENSINO

A qualidade de ensino tem sido o tema de inúmeros debates, pelas pessoas que têm a exata compreensão de que a sociedade, cada vez mais, procura satisfazer as suas necessidades, de acordo com as mais recentes disponibilidades da ciência. Isto ocorre nos setores industrial, comercial e de prestação de serviços, ansiosos pelo aproveitamento de novas idéias.

Inexplicavelmente, os centros de educação superior brasileiros adotaram um modelo totalmente equivocado, em relação à qualidade de ensino, dos cursos que oferecem na zona de sua atuação. Confundiram a qualidade de ensino com o oferecimento de condições e facilitadores do seu processo, tais como: bibliotecas e salas de aula climatizadas, laboratórios de pesquisa, acervo bibliográfico, prédios modernos, ajardinamento, estacionamento controlado, quantidade de pessoas para atendimento dos acadêmicos, etc.

É patente, diante desta circunstância, que a maioria dos cursos oferecidos não cumpre com os seus objetivos. E isto pode ser facilmente comprovado. Recentemente, uma turma do curso de direito, de uma universidade catarinense, teve aprovado 2 (dois) graduados no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil. E se fizermos um teste, constataremos que 80% (oitenta por cento) dos graduados de alguns cursos daquela universidade, não conseguem escrever um parágrafo que seja inteligível, sobre qualquer situação cotidiana.

Trata-se de um verdadeiro distanciamento, entre o que se pretende e os resultados práticos obtidos. A mudança é necessária. E não bastam mudanças superficiais. Caso contrário, vamos continuar acreditando, com raras exceções, que a nossa professora do primário, lá do interior, estava mais preparada para lecionar, do que os atuais professores da dita universidade. Longe de querermos falar de um saudosismo tardio, mas estamos diante de uma questão crucial: a aprendizagem.

E a aprendizagem só é possível com um comprometimento recíproco. Não existe aprendizagem, caso o aluno não seja sensibilizado a respeito da qualidade do ensino para a carreira profissional e o professor não esteja comprometido continuamente.

Então, chegamos ao ponto determinante de todo o problema: a questão da qualificação dos professores. Absurdamente, as universidades criaram o conceito de que o professor titulado seria o melhor preparado para exercer este nobre papel. Sobre este ponto, destacamos as novas idéias, lançadas por grandes educadores, de que essa assertiva não é verdadeira. É o caso do advogado experiente, com 40 anos de conhecimento acumulado, que não pode lecionar. Seu filho, formado recentemente, pode. Isto porque, mesmo com menos de 1% (um por cento) do conhecimento do pai, cursou um Mestrado. Convenhamos, estamos diante de uma absurdidade. Em razão disto, e não raramente, os graduandos ouvem dos professores, alguns até doutores, verdadeiras pérolas lingüísticas: “poblema”, “a nível de”, “haja visto”, “fazem dois anos”, “para mim fazer”, etc. Não se cogite que estamos diante de exceção; esta é a regra.

Depois do espectro da titulação, tem-se o problema da baixa remuneração. As universidades, impregnadas naquele conceito equivocado de que a fachada é a demonstração da sua qualidade, deixam de investir na boa remuneração do professor, no sentido de que ele deva se preparar para ensinar e deixar de transferir a responsabilidade dos fracassos para questões de infra-estrutura do ensino. O ponto chave é este: preparar o professor, continuamente, para que ele garanta a qualidade do ensino, ensinando os cidadãos que, futuramente, regerão os destinos da nação.

Outro elemento que merece consideração é a conveniência do acesso universitário aos mais carentes. Conhecemos inúmeras pessoas que têm uma vontade extraordinária de continuar o seu aprendizado. Em face dos valores cobrados (mensalidades), não podem alcançar tal satisfação. Enquanto isso, as salas de aula, que começam com 40/45 universitários, completam a graduação com 15/20 formandos. Não seria inteligente fazer com que a média de freqüentadores das disciplinas de graduação fosse bem mais elevada? Entendemos que sim, pois existira uma compensação natural. Com essa garantia, a universidade não precisaria adotar o expediente ignominioso de empurrar para o semestre seguinte, aquele graduando que não tem os mínimos conhecimentos da disciplina.

Indiscutivelmente, existem outros fatores que influenciam a qualidade do ensino universitário no Brasil, sobre os quais pretendemos voltar a escrever.

Ivaldo Kuczkowski - presidente@aujdicontonline.com.br